

A EJA no Brasil em tempos de excepcionalidade causada pela COVID-19

Por Timothy D. Ireland

A pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 tem impactado todos os níveis e modalidades de educação no Brasil com a suspensão de aulas presenciais em todos os casos. Nesse breve texto, focamos especificamente no campo da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, fazendo uso principalmente de dados publicados nos sites das Secretarias Estaduais de Educação¹. Não havia como confrontar os dados incluindo orientações pedagógicas para educadores e alunos, medidas para garantir a distribuição de merenda escolar ou em espécie ou como bolsa merenda e outras medidas com a prática e realidade de cada estado.

Antes de entrar especificamente na crise causada pela COVID-19, faz se necessário comentar o contexto educacional existente sobre o qual o vírus impactou. Claramente, a grande maioria dos comentários e análises concentram nas dimensões sanitárias e econômicas da pandemia, apontando a falta de preparo das políticas públicas de saúde – recursos humanos e financeiros, investimentos em instalações físicas e equipamentos, e formação dos profissionais da saúde - para enfrentar uma crise como essa. Mas pouco se tem falado sobre a falta de preparo educacional e informacional das pessoas sobre como assumir um nível básico de responsabilidade para a sua saúde individual, coletiva e comunitária. Em geral as nossas políticas públicas de saúde dedicam a maioria dos seus orçamentos para medicina curativa e não para medicina preventiva (Lopes, 2019²). E ao considerar a Educação de Pessoas Jovens e Adultas como uma atividade que deveria acompanhar e preparar as pessoas para todas as etapas da sua vida, conhecimentos e orientações sobre saúde preventiva deveriam fazer parte dessa educação para a vida. Em cada etapa da vida há questões de saúde que são mais específicas. Inclusive, raramente pensamos na completa falta de educação para a maioria das jovens quando assumem a função de mães e pais. Existe qualquer responsabilidade social maior que ser mãe ou pai de família?

¹ Juan Carlos da Silva, aluno do Curso de Pedagogia da UFPB e bolsista do Projeto de Extensão Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos, foi responsável pela coleta de dados nos sites das Secretarias.

² Henrique Lopes “How adult education can save your life”. In **Adult Education and Development**, No. 85, Role and Impact of Adult Education, Bonn, VHS DVV International, 2018.

O contexto que o Coronavírus encontrou no Brasil foi de um desinvestimento brutal na EJA nos últimos dez anos. Em 2012 o Governo investiu \$1.6 bilhões em EJA. Em 2019, o MEC gastou R\$16,6 milhões que correspondia a 22% do orçamento previsto (R\$71,0 milhões). Em 2012, o gasto em EJA representava 4,74% do gasto total em educação. Em 2019, essa porcentagem caiu para 0,21%. O orçamento previsto para a EJA em 2020 é R\$25 milhões. E isso, em um país em que há ainda 11,3 milhões de pessoas analfabetas e 77 milhões de jovens e adultos de 18 anos ou mais, sem terem concluído o ensino obrigatório, das quais somente 3 milhões estejam matriculados na EJA. Nesse contexto a EJA abraça pouco mais do que Ensino Fundamental e Médio. Quase todos os programas e projetos de abrangência nacional financiados pelo Governo Federal deixaram de funcionar: o Programa Brasil Alfabetizado, o PROJOVEM, o PROEJA, PRONATEC, etc. Assim, ao falar em Educação de Pessoas Jovens e Adultas nesse breve texto, referimos quase exclusivamente à educação escolar tardia de jovens e adultos, ofertada por governos estaduais e municipais e financiada com recursos do FUNDEB.

A grande maioria das secretarias estaduais e municipais de educação suspenderam as atividades presenciais de sala de aula no final de março. Foi somente no dia 28 de abril que o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por unanimidade, as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus. Os 21 conselheiros votaram, em plenário virtual, um documento que traz orientações e sugestões para todas as etapas de ensino, da educação infantil à superior. O parecer foi elaborado com a colaboração do Ministério da Educação (MEC). Nesse intervalo de um mês os estados e municípios tentaram criar as suas próprias estratégias tanto de ensino quanto de assistência alimentar. Em geral as secretarias sugerem uma combinação de estratégias na tentativa de atender a realidade dos sujeitos da EJA. Em termos de estratégias pedagógicas é possível identificar três: as que fazem uso do Google Classroom, aplicativos elaborados especificamente para essa missão, vídeo aulas ou outras plataformas da própria secretaria, as que fazem uso de canais abertos de TV para transmitir aulas, e as que elaboraram material impresso e apostilas que os alunos podem ou receber em casa ou buscar na escola. Evidentemente as três estratégias precisam ser avaliadas levando em conta o perfil socioeconômico do típico aluno de EJA e levando em consideração a experiência do educador especialmente com relação à preparação de aulas on-line ou o uso de outras mídias

digitais para se comunicar com os seus alunos. Em princípio, o senso comum diria que a primeira alternativa vai excluir mais do que incluir. Ter acesso a internet residencial não é viável para quem luta para sobreviver. As outras duas alternativas – de canais abertos de TV e de material impresso – são aparentemente mais factíveis mas claramente vão depender de estratégias de comunicação entre secretarias e alunos e também de aspectos motivacionais. Em tempos excepcionais em que para 53% da força de trabalho brasileira que trabalha na informalidade, garantir a sobrevivência constitui a primeira prioridade, a questão do estudo pode não competir com a necessidade de garantir o pão de cada dia. A possibilidade de avaliar a eficácia dessas três estratégias somente será possível ao concluir o período de excepcionalidade e retomar as atividades presenciais na chamada ‘nova normalidade’.

Com respeito à questão da assistência alimentar, é salutar verificar o reconhecimento das secretárias da importância que a merenda possui enquanto motivação para continuar os estudos na EJA. Nesse caso há aparentemente duas estratégias para garantir a continuidade desse direito para os alunos. Existem estados e municípios que estão tentando redistribuir os estoques de comida já comprados para a merenda entre as comunidades locais. A outra alternativa tem sido a de criar uma bolsa/vale alimentação ou merenda para os alunos regularmente matriculados na EJA. Novamente, não há como avaliar a eficácia dessas duas estratégias sem um processo de pesquisa em campo.

Em geral, se pode concluir que apesar de existir bastante experiência no Brasil com relação à oferta de cursos on-line ou mediados pelos meios digitais, o acesso a essa oferta ainda possui clara determinação socioeconômica. Para os sujeitos de EJA, a garantia de educação presencial, gratuita e de boa qualidade ainda é fundamental. Para as educadoras e educadores de EJA, a crise tem revelado as limitações da formação pedagógica atual e, ao mesmo tempo, tem mostrado que o mundo virtual pertence a poucos. Em tempos como esse, não há como não lembrar do potencial democrático e pedagógico do rádio. Talvez a nova normalidade vai nos fazer reavaliar o potencial do rádio como meio para chegar à população típica da EJA a baixo custo, com flexibilidade e com bastante eficiência.

João Pessoa, 10/05/2020.